

Direito à política de saúde: uma análise do perfil de utilização pelas famílias dos estudantes do IFMT

Thaynara Cristina S. Costa^{1*}
Marya Eduarda Silva²
Marco Túlio França³
Sherman W. S. da Silva⁴
Juliano Luis Borges⁵

1. Estudante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT; *cristina.thaynara1999@gmail.com
2. Estudante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT
3. Estudante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT
4. Assistente Social, Técnico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT
5. Professor Doutor, Pesquisador do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT

Palavras Chave: SUS; direito social; saúde.

Introdução

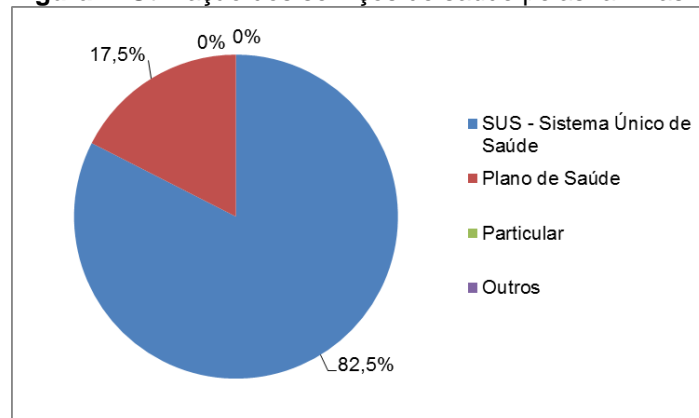
O Sistema Único de Saúde (SUS) representa uma nova política organizacional para reordenamento dos serviços e ações, congregando os mesmos princípios organizacionais em todo território nacional, responsabilizando, nesse plano, as esferas federal, estadual e municipal. O direito à saúde está previsto na Constituição Federal de 1988 dentro do "Título VIII – Da Ordem Social", a "Seção II – Da Saúde". Nela ficou garantido o direito da população ao acesso à saúde e o dever do Estado, através de políticas direcionadas ao setor. Enquanto sistema unificado, universal e descentralizado, o SUS depende da integração, articulação e hierarquização política e funcional de um conjunto de unidades de atendimento para promoção, proteção e recuperação da saúde. Essa concepção ampla de direito à saúde remete à incorporação de uma estrutura funcional e de gestão capaz de atender à população em todo território nacional – Leis Federais Nº 8.080/90 e Nº 8.142/90. Isso significa que a universalização decorre da responsabilização do ente público, bem como da atuação do controle social (Conferência de Saúde e Conselho de Saúde) no papel estruturante de definir rumos da política – decisões sobre gestão e aplicação de recursos nos três entes federados. Diante da proposta da política de saúde como direito universal, foi realizada pesquisa com as famílias dos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT (*campus* Tangará da Serra), com objetivo de analisar o perfil de utilização dos serviços de saúde na localidade. Com os resultados foi possível observar que o SUS é o principal meio de acesso aos serviços, atendendo a um dos princípios da política que define a saúde como direito ampliado a toda população.

Resultados e Discussão

O direito à política de saúde é materializado pelo acesso à estrutura de serviços disponível, organizada hierarquicamente de acordo com sua complexidade de atendimento (baixa, média e alta). Nesse sentido, foi realizado um *survey* para traçar o perfil de utilização dos serviços de saúde pelas famílias dos estudantes do ensino básico, técnico e tecnológico do IFMT, através da aplicação de um questionário socioeconômico – amostra de 35% do total de famílias de estudantes com ingresso através de cotas de escolas públicas. Em relação aos resultados foi observado que a maioria das famílias (82,5%) utiliza o serviço público de saúde, enquanto a

menor parcela (17,5%) é atendida na rede particular por meio de plano de saúde.

Figura 1. Utilização dos serviços de saúde pelas famílias.



O perfil de acesso aos serviços de saúde demonstra que o SUS é o principal meio de atendimento e que o direito à política de saúde é exercido pela maioria das famílias. Isso vai ao encontro da proposta de ingresso do IFMT, que estabelece cotas sociais e étnicas, privilegiando estudantes de baixa renda oriundos de escolas públicas. Mesmo que preponderante a utilização do sistema unificado público, ainda não é possível, neste caso, visualizar a universalidade do atendimento, na medida em que existe uma parcela das famílias ainda não atendida.

Conclusões

O caráter universal da saúde deve ser desprovido de qualquer discriminação social, étnica e regional; e que se estenda a qualquer cidadão. No mesmo sentido, devem ser construídas estratégias amplas, articuladas e contínuas para a prevenção e tratamento de indivíduos e comunidades. Essas questões remetem à estruturação de uma política de saúde adequada e abrangente, que possibilite o acesso das famílias que mais necessitam de atendimento. De acordo com a pesquisa realizada, a utilização do SUS pelas famílias dos estudantes cotistas do IFMT é preponderante, contudo não universalizada, apontando para uma das lacunas do sistema, que ainda não conseguiu atender a todos os princípios preconizados pelo quadro normativo da política de saúde.